

NATUREZA E CONTRADIÇÕES DA REANIMAÇÃO ECONÔMICA DE 1978/79: PRÉLÚDIO DE UMA RECESSÃO*

Nilson Araújo de Souza**

CARACTERIZAÇÃO DA CRISE

A crise que vive hoje o país e que se arrasta desde meados de 1974 é a mais grave de toda a nossa história. Em primeiro lugar, sua continuidade, com altos e baixos, durante sete longos anos, lhe conferiu o record nacional; em segundo, desembocou na mais profunda recessão que já passou a economia nacional, particularmente durante seu período industrial, e, por último, essa crise, mais do que qualquer outra anterior, abre amplas possibilidades para modificações profundas em nossa sociedade. Essa não é uma crise passageira, à moda dos ciclos periódicos do capitalismo. É uma crise bem mais profunda que expressa o conjunto das contradições inerentes à forma como se desenvolveu o capitalismo no Brasil, particularmente a partir de 1964, o qual, por sua vez, se insere no desenvolvimento do capitalismo a nível mundial durante o período de pós-guerra.

Trata-se, em última análise, do esgotamento do chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", patrocinado e estimulado pelo regime instaurado a partir de 1964. A base desse modelo é o controle crescente da economia nacional pelo capital imperialista, o que implica na evasão, a cada

★ *Esse ensaio corresponde a um extrato revisado do capítulo 5 da tese que apresentamos, na Universidad Nacional Autónoma de México, para efeito de obtenção do grau de Doutor em Economia, em 1980, sob o título "Crisis y lucha de clases en Brasil - 1974/1979". As notas comprobatórias foram excluídas do presente texto, a fim de não alargar demasiado o ensaio.*

★★ *Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México; professor adjunto da Universidade Federal de Paraíba - Departamento de Economia e Finanças e do Mestrado em Economia (Rural), Campus II, Campina Grande; Presidente do Centro de Pesquisas e Estudos Políticos e Sociais "Noel Nutels" (São Paulo).*

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs.. 25 - 43	jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	---------------	-------------------

ano, de parcela significativa do excedente econômico, que assim se desvia da inversão no processo produtivo interno; é o desenvolvimento de um capital financeiro especulativo, que se apropria de uma parcela ponderável do produto nacional, elevando os custos industriais e desestimulando assim as inversões produtivas; é o crescimento desproporcional da indústria de bens de luxo (setor III), que leva ao estrangulamento do setor produtor de bens de consumo popular (setor II) – fazendo sua realização depender crescentemente do mercado externo e, portanto, das oscilações da economia mundial – e do setor produtor de meios de produção (setor I) – fazendo a economia brasileira depender crescentemente de importações de máquinas, equipamentos e matérias primas; é a concentração desenfreada da estrutura fundiária, somada à política agrária e agrícola do pós-64, que desvia a produção agrícola para o mercado externo e estrangula o abastecimento alimentar e de matérias primas para o mercado interno, elevando os custos industriais; é o arrocho salarial e a concentração da renda, que, à parte os efeitos nocivos sobre as condições de vida dos trabalhadores, limita as possibilidades de expansão do mercado interno, particularmente do setor II.

Enquanto não se superarem esses “pontos de estrangulamento”, as medidas adotadas de combate à crise terão apenas caráter paliativo, podendo levar a ligeiras reanimações da economia, sem, entretanto, tirá-la da profunda crise em que se encontra. Assim, por exemplo, depois de quase quatro anos de crise (com um desafogo em 1976), a economia brasileira experimenta uma certa reanimação em 1978 e 1979, particularmente na indústria. Assim como em 1976, os observadores superficiais e nostálgicos do “milagre” uma vez mais saltaram de alegria pensando que o fantasma da crise havia ficado para o passado. E substituíram a análise séria pelo entusiasmo proporcionado pela reanimação econômica. Por isso, não perceberam que, como a de 1976, também esta era de duração efêmera e estava apenas servindo de prelúdio para a recessão que se anunciava no horizonte das legítimas pelepas entre M.H. Simonsen e A. Delfim Netto. E isso porque as contradições principais que haviam levado à crise ainda não haviam sido superadas.

Quanto ao desenvolvimento do setor I, este estava-se dando a passo de tartaruga, principalmente a indústria de bens de capital. Isso se devia, em grande medida, ao fato de que os financiamentos e os incentivos governamentais à dita indústria minguavam progressivamente. O setor II, cujo desenvolvimento contribuiria para o barateamento da força de trabalho, tendia a um certo estancamento e inclusive uma declinação, como foi o caso de sua parte

agrícola. O resultado foi, não o barateamento de suas mercadorias, senão ao contrário uma forte elevação de seus preços, o que dificultava o aumento do grau de exploração sob a forma de mais-valia relativa. Só em 1979, preocupados com a forte crise do setor, as autoridades começam a definir mais claramente uma política de estímulos a seu desenvolvimento, sob a demagogia de baratear o custo de vida da população, porém seus resultados não têm sido animadores. A especulação financeira e a conseqüente elevação das taxas de juros seguiram corroendo os lucros industriais. Finalmente, as inversões produtivas não puderam contar no período com o financiamento do capital estrangeiro. Ainda que em 1978 tenha aumentado expressivamente a entrada de empréstimos e financiamentos e em 1979 tenha passado o mesmo com as inversões diretas, a saída de mais-valia para pagar prestações, juros e lucros aumentou a tal ponto que praticamente equiparou em quantidade o capital que entrou.

Ainda assim, a indústria logrou uma certa reanimação. Isso pode ser atribuído, em primeiro lugar, a uma certa melhoria da taxa de lucro. Por um lado, a recessão de 1977 provocou capacidade ociosa do aparato produtivo, assim como o recrudescimento das insolvências econômicas, o que sem dúvida promoveu uma certa desvalorização do capital fixo. Por outro lado, o agravamento da inflação de 1976 em diante pode haver promovido uma certa queda do salário real e, por fim, a elevação do grau de exploração. Tal situação não se mantém durante todo o ano, já que os reajustes salariais anuais sempre têm logrado recuperar o nível do ano anterior; porém, entre um período e outro de reajuste, a inflação come o aumento salarial anterior e, nesse intervalo, tende a aumentar o grau de exploração, o qual vem a baixar novamente no reajuste seguinte.

Desde 1977 as exportações industriais haviam retomado o ritmo de expansão do período do auge, o qual havia sido perturbado entre 1975 e 1977. Isso, no entanto, não havia sido suficiente para contrarrestar todas as demais forças que estavam levando à crise. Em 1978 e 1979, o ritmo de expansão das exportações industriais segue a tendência iniciada em 1977. Certos ramos industriais, como material de transporte, calçados, máquinas e aparelhos eletrônicos, produtos siderúrgicos manufaturados e máquinas, caldeiras, aparelhos e instrumentos mecânicos, tiveram suas exportações sensivelmente elevadas, devendo-se a elas a manutenção do elevado ritmo de expansão das exportações de produtos industriais. Isso contribuiu para contrarrestar a tendência a reduzir-se, com a crise, a capacidade de realização

desses ramos, o que, somando-se à melhoria das condições de valorização do capital, levou à reanimação industrial daqueles dois anos. .

Porém, a satisfação haveria de ter duração curta. Já a fins de 1979, começam a aparecer os primeiros sintomas de que se iniciaria uma nova recessão. Até o sempre otimista super-ministro A. Delfim Netto, cuja principal função depois de haver assumido a direção da política econômica do governo em meados de 1979 é justamente criar ânimo no empresariado prometendo-lhe que não haverá recessão, tinha começado a admitir que o ritmo de crescimento da produção industrial estava-se reduzindo, ainda que, para injetar otimismo no empresariado, se via obrigado a prometer que “logo tudo voltará à normalidade”.

O RESPIRO DE 1978 E A RETOMADA DA ASFIXIA

Seria incorreto afirmar que o início da reanimação industrial de 1978 e 1979 houvesse correspondido ao término da crise. Esta persistia, ainda que não sob a forma de recessão. Por um lado, a reanimação industrial se fez sem elevar a inversão na indústria, o que significa que só se dedicou a ocupar a capacidade ociosa, ou seja, a provável elevação da taxa de lucro não foi suficiente para incentivar o incremento da acumulação industrial. Por outro lado, exatamente por seguir baixa a taxa de lucro, simultaneamente com a reativação industrial se intensificou a inflação. Na medida em que seguia baixa a taxa de lucro, cada empresário buscava elevar seus próprios preços como forma de descarregar seus prejuízos sobre seus pares, o que desencadeava aumentos de preços em todos os pontos da economia. Essa possibilidade estava dada graças ao forte grau de monopolização da economia brasileira. Ao fim e ao cabo, com a generalização dos aumentos de preços, os empresários tentavam recuperar sua anterior taxa de lucro transferindo os aumentos de seus custos para os trabalhadores mediante os aumentos de preços e conseqüente redução dos salários reais; como os trabalhadores reagiam em defesa de suas condições de vida, começava uma nova onda de aumentos de preços, intensificando-se assim a inflação.

Esse elevado nível inflacionário pode ser considerado como uma das determinantes da recessão que haveria de vir posteriormente. A princípio, a inflação ajuda à acumulação de capital, já que, ao reduzir o salário real dos operários, faz elevar a taxa de mais-valia e assim contrarresta a tendência

da taxa de lucro a declinar. Entretanto, quando ela atinge um nível muito elevado, começa a prejudicar a acumulação, na medida em que, não podendo fazer cálculos de rentabilidade para o futuro, os empresários preferem dedicar uma boa parte de seu capital a atividades especulativas, que garantem lucro líquido e certo, desviando-a assim das inversões produtivas.

A efêmera reanimação vem expressar, como vimos antes, que ainda não se haviam solucionado as contradições básicas que haviam levado à crise. O fato de que o desenvolvimento dos ramos de bens de capital houvesse seguido demasiado lentamente fazia que a acumulação de capital no país seguisse dependendo, em grande medida, da importação destes bens. Assim, um aumento generalizado de seus preços no mercado internacional haveria de afetar seriamente a acumulação de capital no Brasil, já que aceleraria a elevação de sua composição orgânica. Tudo indica que isso se passou no ano de 1979; é possível que, precisamente como reação ao forte aumento dos preços do petróleo nesse ano, os países imperialistas hajam aumentado os preços dos bens de capital que exportam para os países dependentes. A própria elevação do preço do petróleo contribuiu, fortemente, à aceleração do aumento tendencial da composição orgânica do capital no Brasil. Por outro lado, como já vimos, não avançava o desenvolvimento do setor II, o que repercutiu numa forte elevação dos preços de seus produtos em 1979, ou seja, não barateavam os produtos que entram na reprodução da força de trabalho e, por isso, não se desenvolviam os mecanismos geradores de mais-valia relativa. Ademais, como veremos, a intensificação da luta do proletariado em 1978 e 1979 dificultava o aprofundamento dos mecanismos da superexploração e das mais-valias absolutas.

Em síntese, ao mesmo tempo que em 1979 voltava a acelerar-se o aumento da composição orgânica do capital, não se lograva compensá-la com uma correspondente elevação do grau de exploração. A consequência havia de ser a continuidade da tendência, que vinha desde 1974, à queda da taxa de lucro. Por outro lado, a subordinação da economia brasileira ao capital imperialista uma vez mais cobrava seu preço. As taxas de juro no mercado internacional, que vinham elevando-se moderadamente desde 1977, como consequência da reanimação econômica mundial, experimentam uma brusca elevação na conjuntura de 1979 e começos de 1980, como resultado da passagem da reanimação econômica mundial a uma situação de recessão. Em uma situação como essa, todos os devedores mundiais intensificam suas demandas de créditos para pagar dívidas e os banqueiros aproveitam essa

situação para elevar as taxas de juro. Além disso, para combater o recrudescimento inflacionário, os próprios governos promovem tal elevação. Dado o enorme montante da dívida externa brasileira, cada elevação da taxa de juros no mercado internacional se converte em uma sucção crescente da mais-valia produzida internamente. Ademais, como já vimos antes, em 1979 se intensificam as remessas de lucros para o exterior, que deverão intensificar-se ainda mais em 1980, já que as matrizes dos monopólios imperialistas haverão de recorrer as suas sucursais no resto do mundo para resolver os problemas financeiros que estavam enfrentando por causa da recessão. Finalmente, foi, de certo modo, a expansão acelerada das exportações industriais o que permitiu a reanimação econômica no país entre 1978 e 1979. Já em 1979, os países centrais começaram a restringir suas importações, restrição que deveria aumentar ainda mais em 1980, quando estaria aprofundando a recessão. Essa recessão haveria de generalizar-se para o conjunto do mundo imperialista, como o fez em 1974/75, o que cortaria as possibilidades do Brasil aumentar suas exportações para outros países dependentes. Todos estes fatores haveriam de contribuir a fazer declinar ainda mais a taxa de lucro no Brasil, aprofundando sua tendência à recessão. O fantasma da crise seguiu, pois, rondando o capitalismo brasileiro e convertendo em pesadelos os perfumados sonhos da burguesia.

Frente a essa situação, o governo e sua equipe se desmoralizam cada vez mais. Todos esperam que o todo-poderoso Estado resolva a situação premente em que vivem em função da crise. Porém, aquele se enreda e não logra sair do atoleiro. As medidas de maior profundidade ou não eram implementadas ao ritmo requerido ou eram decididas demasiado tarde, expressando as contradições em que estava metido o governo: avançar rápido naquelas medidas implicava perder o respaldo de uma determinada fração grandeburguesa; avançar devagar implicava distanciar-se de outra. Daí que a solução era avançar aqui e acolá, porém sempre, como na “distenção”, de forma “lenta, gradual e segura”. Segura? Ninguém garante.

SIMONSEM VERSUS DELFIM NETO, E OS DOIS CONTRA O POVO

Enquanto não avançava nas medidas de maior profundidade, o governo se arrastava em busca de soluções de curto prazo. Arrastava-se porque não conseguia um consenso de sua equipe econômica (os Ministros da área econômica: planejamento, fazenda, indústria e comércio e agricultura) acerca

de que tática adotar, o que expressava a ausência de consenso no seio do bloco dominante. Enfrentavam-se duas táticas: a) a respaldada pelo então Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, que propunha fortes medidas de controle da inflação, que acelerariam a irrupção da recessão; era a tática que, no plano da economia, correspondia à tática da “linha dura” no plano político: repressão sobre o movimento popular e democrático como forma de manter intacta a ditadura militar; 2) a respaldada pelo então Ministro da Agricultura, Antonio Delfim Netto, que propunha reduzir moderadamente a inflação, porém mantendo o crescimento econômico; essa tática correspondia à política da “distensão lenta, gradual e segura” ou de “abertura”: busca de institucionalização da ditadura, com algumas concessões para os de cima, a fim de reunificar o bloco dominante. neutralizar a pequena burguesia e manter sob controle o movimento popular. Devagar com o andor que o santo é de barro. A luta de classes havia chegado ao interior do aparato estatal. E, enquanto o conflito não se resolvia, a política econômica do Estado se imobilizava.

AS MUDANÇAS DA FACHADA POLÍTICA

Na área política, pouco antes havia-se dado o mesmo: o tempo passava e o projeto de “institucionalização” não avançava. O problema é que a falta de acordo no seio da equipe no poder, em particular pela resistência dos “duros”, levava a ditadura a um certo imobilismo, faltando-lhe iniciativa. Entretanto, na medida em que aumentavam as pressões da burguesia, somada à política dos “direitos humanos” do presidente norte-americano J. Carter, os “falcões” foram sendo isolados ou foram se submetendo ao projeto.

Os que, dentro da ditadura, sustentavam esse projeto tinham que golpear aos “duros” para poder avançar, porém simultaneamente tinham que contentá-los, já que necessitavam deles: lembre-se que um dos aspectos do projeto consiste precisamente em isolar e reprimir aos setores populares, tarefa na qual os “duros” haviam-se revelado eficazes. Daí que, ao mesmo tempo que se demite a fins de 1977 do Ministério do Exército ao então chefe da “linha dura”, General Silvio Frota, a corrente “institucionalista”, liderada por Golberi do Couto e Silva e Ernesto Geisel, decide integrar ao gabinete do novo presidente, nomeado em 1978, a militares ou civis representativos de dita linha.

A indicação do novo presidente, João Baptista de Figueiredo, que tomou posse a princípios de 1979, não foi um processo pacífico. Expressou simultaneamente os conflitos que se desenvolviam no interior das classes dominantes e os conflitos entre os distintos projetos políticos que demandavam o respaldo da burguesia. Aqueles conflitos, em lugar de suavizarem-se com a reanimação industrial de 1978/79, aprofundaram-se ainda mais, o que expressava que dita reanimação não estava favorecendo a todos igualmente. De um lado, havia-se parcialmente compensado aos banqueiros com a liberação da taxa de juros e aos empresários do setor III com várias medidas de estímulo às exportações, as quais compensavam suas perdas no mercado interno, fazendo que essas frações burguesas fossem as mais beneficiadas com a reanimação industrial. Porém, por outro, reduziam-se os financiamentos e incentivos definidos para favorecer aos empresários do setor I. Ao mesmo tempo, a intensificação da inflação e a elevação das taxas de juros prejudicavam sensivelmente aos pequenos e médios empresários, levando muitos deles à falência.

A renimação econômica não podia, pois, realizar a tão desejada reunificação burguesa, principalmente porque progressivamente as manifestações de descontentamento tendem a agudizar-se como consequência das perdas econômicas e vão saindo do terreno meramente reivindicativo para assumir conotação diretamente política. Desde antes, diversos setores burgueses, pequenos e médios, estavam passando-se para o lado da oposição, seguindo a direção dos “moderados” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Simultaneamente, através de suas associações de classe, tais setores aprofundavam suas pressões sobre o governo, exigindo termos mais favoráveis para a pequena e média empresa e denunciando o “autoritarismo” do governo. Quanto aos empresários do setor I, também desde antes seu descontentamento vinha se manifestando mediante pressões, porém não chegavam a ponto de deslocar-se firmemente para o campo de oposição ao regime: mais bem estariam de acordo com o projeto de “institucionalização”. Entretanto, como esta avançava demasiado lentamente enquanto eles se sentiam prejudicados economicamente, em 1978 optam por dar um passo mais decidido: através de alguns de seus representantes mais reconhecidos, apresentam um projeto político-econômico alternativo, que revelava claramente sua vocação hegemônica. A grande burguesia industrial do setor I tentava disputar a hegemonia estatal com a grande burguesia financeira e industrial do setor III.

Enquanto se aprofundavam os conflitos interburgueses, chegava a época da escolha do novo presidente. Nesse processo, que se inicia precocemente desde 1977, se expressa claramente o nível a que haviam chegado ditos conflitos. A linha “institucionalista” do eixo Geisel-Golberri propunha o general João Baptista Figueiredo, comprometido com seu projeto de institucionalização. Enquanto isso, a “linha dura”, avalizada pelos generais Silvío Frota e Hugo Abreu, ambos pertencentes à equipe governamental de então, pugnavam por um candidato próprio. Enfrentando-se a essas duas “candidaturas”, os setores burgueses descontentes, com os empresários de bens de capital à frente, propõem uma candidatura alternativa, que se compromettesse a avançar mais rapidamente no projeto de “institucionalização”, antes que chegasse o “caos”: depois de discussões, terminam optando também por um militar, o general Euler Bentes. Os conflitos interburgueses chegavam ao interior dos quartéis. Rompia-se a unidade contruída a suor e sangue.

Porém, enganaram-se os granburgueses do setor I e os setores médios e pequenos burgueses que os acompanharam, ao pensar que iam chegar ao poder tão facilmente. A ditadura havia-se debilitado bastante, tanto pelos conflitos intestinos como pelo avanço do movimento popular e democrático, porém ainda seguia com força suficiente para impor seu candidato. E assim a princípios de 1979 sobe ao governo o candidato da “institucionalização”, revelando que esse projeto havia ganho, dentro da classe dominante, tanto da “linha dura” como dos que queriam seguir mais rapidamente. Ou seja, politicamente os “institucionalistas” seguiam com a hegemonia do processo, ainda que não houvessem logrado reunificar a burguesia em torno de seu projeto. Tal vitória permitiu-lhes recuperar a iniciativa política, fazendo que, ainda antes de assumir o novo presidente, se avançasse rapidamente no sentido da “institucionalização”: adaptação da Lei de Segurança Nacional aos novos tempos, incorporação modificada do AI-5 à Constituição, etc.

O que essa luta pela escolha do novo presidente expressa é que os distintos setores burgueses em pugna já não se contentavam com que fossem atendidas suas reivindicações econômicas iniciais, fazendo que o enfrentamento entre eles se transferisse progressivamente para o terreno político. A grande burguesia do setor I já não se contentava só em pressionar por incentivos e financiamentos para seu setor: queria o poder do Estado. Por sua vez, a burguesia financeira e a grande burguesia internacional e associada vinculada ao setor III já não se contentavam em ver seus prejuízos compen-

sados por certas concessões econômico-financeiras: tinham que lutar por manter sua hegemonia questionada. Cada qual sentia na pele que um menor controle direto das ações estatais significava um maior controle por outra fração do capital e a possibilidade de ser discriminado na política do Estado: as várias frações burguesas se davam conta de que para defender seus interesses econômicos a questão crucial passava a ser sua representatividade no interior do aparato estatal. Abria-se a luta pela hegemonia política no interior do bloco dominante. A luta de classe interburguesa adquiria uma dinâmica própria.

A RESPOSTA DOS TRABALHADORES E DA OPOSIÇÃO

Enquanto isso, a classe operária e demais setores populares, depois do teste da campanha de reposição salarial de 1977, realizavam sua entrada mais massiva na vida política do país, assumindo mais decididamente a luta por melhores condições de vida e por liberdades democráticas. Se bem a continuação da crise econômica, com o recrudescimento inflacionário e as tentativas de golpes a suas condições de vida, levava à intensificação de suas lutas, por outra parte e crise entre "os de cima" criava mais condições para isso, na medida em que reduzia a capacidade de repressão do regime. Nesse sentido, as jornadas de 1977 foram importante fonte de ensinamentos, ao mesmo tempo em que realizaram o despertar, sacudiam aos demais setores populares. A campanha por reposição salarial foi um importante momento de agitação, que preparou o espírito das massas operárias para as jornadas de 1978; ao mesmo tempo, as gloriosas jornadas dos estudantes em 1977 demonstraram à pequena burguesia que era possível enfrentar-se ao regime, que era possível lutar.

Na classe operária, seu movimento ascendente passou por várias pequenas escaramuças entre fins de 1977 e começos de 1978, levando à grande greve dos metalúrgicos do cordão industrial de São Paulo (ABC paulista) a princípios de 1978, primeiro grande teste do enfrentamento massivo da classe operária com os patrões e o governo na atual conjuntura de crise. A partir de então, o movimento grevista não só começou a estender-se para outras categorias de assalariados como para as demais regiões do país, fato que converteu 1978 no ano de intensas mobilizações sindicais, com a aparição em cena de importantes líderes sindicais, que ainda dentro dos sindicatos oficiais começaram direta ou indiretamente a dirigir o movimento

grevista, conquistando na prática a autonomia sindical. Essa prática começa a construir a unidade sindical a partir de bandeiras de lutas que contribuíam para o avanço do conjunto dos trabalhadores. A maior expressão desse fato em 1978 se deu no Congresso realizado pela CNTI, quando, além de por os “pelegos” contra a parede, os dirigentes e ativistas combativos aprovaram uma série de bandeiras, que deveriam impulsar no movimento sindical.

Em março de 1979, os metalúrgicos do ABC paulista voltam à cena: entram em greve 210 mil metalúrgicos de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, greve que dura 14 dias e termina com a intervenção governamental no sindicato. Nos primeiros meses desse ano, o movimento se estende para outras categorias sindicais, tais como os condutores e cobradores de ônibus, os metalúrgicos da construção naval, os trabalhadores de postos de gasolina, os lixeiros, os camioneiros, os operários da construção civil, etc. Simultaneamente, se estendia de São Paulo para outros Estados: a onda de greves atingia em agosto de 1979 a outros seis Estados: Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás (além de Brasília), Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nesse processo, vários sindicatos vão sendo tomados dos “pelegos” por sindicalistas comprometidos com suas categorias, enquanto em outros as anteriores diretorias “pelegas” ou vacilantes iam sendo empurradas para frente por suas bases, forjando assim a unidade sindical que haverá de converter-se numa poderosa Central Única de Trabalhadores.

Estes dois anos também correspondem ao aumento da efervescência nos bairros. O Movimento contra a Carestia realiza vários encontros, onde se intensifica a luta contra a alta do custo de vida. Por outro lado, a atividade de criação de associações de moradores se aprofunda paralelamente com a ativação de muitas já existentes. Mais importante ainda foi que esse movimento se foi expressando na formação de federações de associações de moradores em várias capitais e cidades importantes do país, o que aumenta a luta unitária das populações pobres dos bairros.

Nesse período, a luta no campo também se intensifica. A fins de 1978, os trabalhadores das plantações de banana de Itanhaém, São Paulo, realizam uma importante greve. Em 1979, os canavieiros de Pernambuco também vão à greve, logrando conquistar todas as demandas. A tendência ao aprofundamento das lutas do proletariado agrícola deve-se à intensificação do processo de proletarização dos trabalhadores rurais e às péssimas condições de vida a que os está submetendo o capital, que lhes barra o acesso inclusive aos direitos trabalhistas já conquistados pelo proletariado urbano. Também

intensificou-se a luta dos camponeses em processo de proletarização, estendendo-se do norte e centroeste do país para os Estados da Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul. A radicalização de sua luta se revela em que, esgotados todos os expedientes legais, geralmente a luta se transfere para o terreno das armas. A luta dos camponeses por melhores preços para os produtos agrícolas assumiu várias formas. No primeiro Encontro Nacional de Representantes do Povo contra a Carestia, realizado em fevereiro de 1979 em São Paulo, representantes de camponeses da Bahia e de São Paulo pediram que o Movimento contra a Carestia incluísse em sua plataforma a reivindicação de "preços justos" para seus produtos. Porém, a manifestação mais expressiva ocorreu em Santa Catarina naquele mesmo mês: os produtores de tabaco para as companhias Souza Cruz e Philip Morris paralisaram as entregas de tabaco exigindo que se atendessem várias reivindicações, entre elas o aumento de 40% no preço do tabaco. O camponês estava enfrentando-se ao capital como se fosse um proletário, usando a greve, luta tipicamente operária.

Assim, as massas populares do campo tendem a enfrentar-se, de maneira crescente, diretamente com o capital e seu Estado, o que cria a possibilidade de aumentar sua solidariedade. No terreno sindical, também tem avançado a luta no campo. Além da intensificação da criação de novos sindicatos e da sindicalização dos trabalhadores, progressivamente os setores mais avançados vão assumindo a direção da luta sindical no campo, como o expressa a tomada da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco por uma diretoria combativa e a realização do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais: tanto no Congresso como nos quatro encontros regionais preliminares se levantaram bandeiras de luta desde a autonomia sindical até as liberdades democráticas mais gerais, marcando a entrada das massas rurais na cena política.

Na pequena burguesia, também segue-se aprofundando a reanimação do movimento de massas. Os estudantes realizam várias greves em quase todo o país, assim como vários encontros regionais e nacionais. Prosseguem na reconstrução de suas entidades de base e estaduais, processo que culmina com a reconstrução, contra as leis ditatoriais, em 1979, de sua entidade nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Enquanto isso, a pequena burguesia assalariada (os assalariados de "colarinho branco"), dá um importante salto qualitativo em relação ao período anterior em sua luta em defesa das condições de vida: passa a usar crescentemente, como os operários, o instrumento da greve. Entre 1978 e 1979, entram em greve os médicos

de São Paulo e Rio de Janeiro, os bancários de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte, os funcionários públicos de São Paulo, os professores universitários das três universidades estaduais de São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e de Salvador e da Universidade Estadual de Rio de Janeiro; os professores do ensino médio do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Brasília, Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Goiás, etc. Todo esse processo repercutiu na criação e recriação de entidades sindicais.

Simultaneamente com suas lutas econômicas, o movimento operário e popular também avança no sentido de assumir mais claramente a luta política por liberdades democráticas. Na prática de suas lutas econômicas, a classe operária e demais setores do povo cada vez mais se enfrentavam às barreiras políticas impostas pela ditadura. E assim tendiam a assumir progressivamente as bandeiras de luta propostas por seus setores mais avançados. Esse mesmo processo de luta vai desvendando aos olhos das massas populares que a não existência das liberdades mais elementares — direito de greve, liberdade e autonomia sindical, etc. — se deve a todo um regime político, baseado na repressão aos amplos setores da população. E assim é que, crescentemente, vão assumindo lutas mais gerais contra esse regime. Foi o que ocorreu com a luta pro-anistia, que, devido ao caráter massivo que foi assumindo, forçou o governo a decretar em 1979 uma anistia que, ainda que parcial, significou uma importante conquista do movimento popular e democrático. Foi o que ocorreu também com a participação direta do movimento popular ao interior da frente de oposições, o então MDB, mudando o caráter inicial de simples voto plebiscitário para uma atitude mais ativa de integração a dita frente, resultando em que, de 189 deputados federais eleitos pelo MDB em 1978, cerca de 80 deles o foram a partir de plataformas mais próximas aos interesses populares.

Vê-se, pois, que, de um lado, a reanimação industrial do período não logrou acabar com a crise, mais bem passando esta a expressar-se de outro modo, particularmente no recrudescimento inflacionário, devendo além disso culminar numa recessão a partir de 1980. Por outro lado, no período, se intensificaram os conflitos no seio do bloco dominante e se aprofundou a reanimação do movimento de massas: agudizava-se a luta de classes no país e aumentava o isolamento da ditadura militar, inclusive como consequência da persistência da crise econômica. Ou seja, a dimensão política da crise, desenvolvida no próprio seio da crise econômica, assumia cada vez maior

preponderância. Além disso, as eleições de 1978 e as amplas mobilizações de 1978 e 1979 mostravam que o eixo da oposição ao regime começava a deslocar-se gradativamente para o movimento popular.

IMPÕE-SE A POLÍTICA DE DELFIM

Frente à persistência da crise e o avanço da luta de classes, a ditadura busca recuperar o tempo perdido. Como vimos, os "institucionalistas" ganham o "round" no terreno político, isolando aos "duros" ou subordinando-os ao seu projeto. Faltava afinar-se na área da política econômica, onde enfrentavam-se à intransigência do Ministro do Planejamento, M. H. Simonsen, que insistia em adotar uma política recessiva, ou seja, uma política anti-institucionalização, já que prejudicava a desejada reunificação burguesa em torno da ditadura. Porém, M. H. Simonsen navegava contra a maré: dificilmente encontraria alguma fração burguesa importante que o apoiasse nessa aventura. Todos queriam reduzir a elevada inflação, porém nunca a custa de seus lucros. Por isso, lhes era mais atrativo o projeto de Delfim Netto: combater a inflação, porém mantendo a expansão econômica lograda em 1978/1979. M. H. Simonsen se vê, pois, isolado e termina caindo do pedestral no segundo semestre de 1979, dando lugar a seu rival Delfim Netto, o qual progressivamente vai eliminando os obstáculos de seu caminho e assumindo a direção do conjunto da política econômica do governo.

Com o caminho limpo, Delfim Netto começou a implementar sua política econômica: tinha que simultaneamente combater a inflação e manter uma certa taxa de crescimento da produção, tarefa difícil num momento em que todas as condições econômicas estavam levando a economia à recessão. Suas medidas econômicas são dadas a conhecer em um discurso do presidente da República de 7 de dezembro de 1979, as quais são logo complementadas com várias outras medidas a princípios de 1980.

Para garantir a expansão, são adotadas medidas de incentivo à exportação (desvalorização cambial de 30%) e à entrada de capital estrangeiro sob a forma de empréstimos (redução do imposto de renda sobre remessa de juros de 12,5% para 1,5%), assim como de captação de excedente econômico da agricultura de exportação para transferí-lo para outros setores (criação de um imposto sobre exportações agrícolas, que compensaria seus lucros com a desvalorização cambial). O desincentivo às importações que poderia resultar da desvalorização cambial foi compensado com a extinção de medidas

protecionistas existentes antes (depósitos prévio sobre valor importado e lei de similar nacional), medidas necessárias para atender às pressões imperialistas.

Supostamente garantida a expansão econômica, vem o arsenal de medidas de combate à inflação: 1) combate ao deficit público crescente: fim dos subsídios às exportações, fim gradativo do crédito subsidiado, redução do orçamento federal, redução dos gastos das empresas estatais; 2) controle direto sobre os preços: busca de "diálogo" com os empresários ou, no caso de que isso não funcionasse, sanções para os empresários que pratiquem preços considerados exorbitantes (suspensão de crédito pelos bancos oficiais, tentativa de que os bancos privados façam o mesmo e exame das declarações de imposto sobre renda dos últimos anos); 3) restrição da demanda: redução dos gastos públicos, determinação de que o crédito só aumente em 45% em 1980 e os meios de pagamento em só 50% (lembre-se de que a taxa inflacionária acercou-se aos 80% em 1980).

Do arsenal de medidas não escapou a área salarial. Como bom tecnocrata a serviço da burguesia, Delfim Netto afirma que o fato de que os trabalhadores hajam impedido nos últimos anos uma baixa significativa do salário real se constitui em um determinante da inflação. Em realidade, a origem do recrudescimento inflacionário está na queda da taxa de lucro, determinada pela elevação acelerada da composição orgânica do capital e a remessa de mais-valia para o exterior (sob as formas de lucro, juros, royalties, etc.), em cuja situação os empresários buscam elevar seus preços tentando escapar de dita lei "eterna" do capital. Daquilo que não podem escapar coletivamente, buscam fazê-lo individualmente, em especial os grandes monopólios. A política salarial que impulsa o governo não é só para controlar a inflação, senão sobretudo para restaurar as condições de valorização do capital. Ao mesmo tempo em que Delfim Netto buscava convencer aos dirigentes sindicais de um "pacto de cavalheiros" para a suspensão das greves por dois anos, o governo se preparava jurídica e materialmente para enfrentar-se à onda grevista e estabelecia uma política salarial que, de fato, resultava na contenção dos salários reais.

Essas são as medidas de "distensão" no terreno econômico. No terreno diretamente político, o governo também avança nesse fim de década. Vimos que um dos objetivos de seu projeto político consistia em reunificar o bloco dominante. Para isso, devia aumentar seus canais de expressão no interior do aparato estatal, o que implicava aumentar o poder do parlamen-

to e permitir que se criassem mais partidos burgueses. Para atender a essa necessidade, o governo patrocinou uma “reforma partidária” que extinguiu o bipartidarismo. Vimos antes que a unidade do movimento popular estava-se expressando progressivamente em sua influência crescente ao interior da frente oposicionista, levando esta a um enfrentamento mais combativo com o regime. Buscando isolá-lo, a lei de “reforma partidária” teve como ponto essencial a extinção legal do MDB: com isso, o governo buscava atrair para si a ala burguesa liberal da frente a fim de realizar a tão desejada reunificação burguesa e o isolamento político do movimento popular.

INSUCESSO E FRUSTRAÇÃO DA POLÍTICA DE DELFIM

Entretanto, ao contrário do que podem pensar os mais incautos, esse pacote de medidas econômicas e políticas dificilmente poderia levar à consecução do objetivo governamental de superar a crise, reunificar a burguesia e isolar o movimento operário e popular. As medidas econômicas, para lograr a retomada da expansão econômica, exigem que se concretizem a contenção salarial, a intensificação das exportações e a entrada de capital estrangeiro, assim como a possibilidade de apropriação de excedente econômico agrícola para transferi-lo a outros setores. Quanto à contenção salarial, esta não é uma variável de total controle do governo: seu comportamento vai depender da capacidade do movimento operário e popular para defender suas condições de vida. Vimos que a tendência geral desse movimento tem sido, com altos e baixos, de reanimação e de incremento de sua capacidade de resistência. Sobre o aumento das exportações, vimos já antes que, numa situação de recessão mundial, se torna impraticável o logro desse objetivo. As exportações podem até crescer a ritmo relativamente elevado, dada a diversificação do mercado, mas o limite desse crescimento será rapidamente alcançado. O mesmo passa com a apropriação do excedente agrícola, já que este depende da possibilidade de exportação de produtos agrícolas. Finalmente, sobre a entrada de capital estrangeiro de empréstimo, as tentativas do governo brasileiro nesse terreno a princípio de 1980 não tiveram êxito, já que os banqueiros internacionais reduziram sua confiança na capacidade de pagamento brasileira. Por isso, no governo brasileiro se admitia já a possibilidade de recorrer ao FMI, que, como se sabe, impõe severas condições, entre as quais uma política recessiva como forma de combate à inflação.

O recurso ao FMI serve não tanto como forma de obtenção de fundos — já que os fundos de que o mesmo dispõe jamais seriam suficientes para solucionar problemas de um país do porte do Brasil —, mas sim como avalista junto aos banqueiros internacionais.

Pois bem, se as medidas que levariam a manter o crescimento da produção não funcionam, por limitações que não dependem da genialidade do ministro Delfim Netto, sim funcionariam as medidas de restrição da demanda (de combate à inflação), principalmente a redução dos gastos públicos, do crédito e dos meios de pagamento. A possibilidade de recurso ao FMI, aberto ou disfarçado, haveria de intensificar ainda mais essas medidas. A implementação dessas medidas, ao restringir a demanda das empresas, haveria de reduzir suas taxas particulares de lucro e sua capacidade de acumulação, agravando a situação a que as mesmas leis econômicas já as estavam conduzindo, como vimos com anterioridade. Simultaneamente, o fim dos subsídios ao crédito reduziria ainda mais os lucros das empresas, assim como a liberação da importação de bens de capital reduziria o mercado para essa indústria e deprimiria sua capacidade de expansão. Assim, o que restaria do “pacote” de Delfim Netto seriam precisamente as medidas recessivas, identificando, ao fim e ao cabo, o resultado de sua política à que queria implementar seu rival M. H. Simonsen. As leis do capital impõem seus limites à demagogia dos tecnocratas.

A diferença entre A. Delfim Netto e M. H. Simonsen passa a ser o fato de que, enquanto este assumia publicamente a necessidade de uma política recessiva, aquele seguia apregoando aos quatro ventos que, ainda que a atividade econômica estivesse caindo, não haveria recessão. Talvez sem desejá-lo o fato de expressar os mesmos interesses levou Delfim Netto a encontrar-se com M. H. Simonsen ao final do caminho. Enredado em sua impotência para enfrentar-se exitosamente às leis do capital, não lhes resta outra coisa que fazer demagogia, a qual, às vezes, se vê forçado a mesclar com declarações “pessimistas”, como esta: “um combate à inflação é para 5 anos, 6, 12, 14 anos, não sei quantos”. Sua demagogia é política: quer infundir confiança ao empresariado. Porém, a mentira tem pernas curtas: não impede aos empresários de perceber que seus lucros estão diminuindo. E muitos deles responsabilizam ao governo por esse fato: já que foi ele quem retirou o crédito subsidiado, restringiu a demanda, controlou os preços, liberalizou a importação de bens de capital, etc. Por tudo isso e mais pela lentidão do processo de institucionalização, ainda as frações burguesas que estão de acordo

com esse projeto seguirão inquietas e a tendência é persistir o isolamento da ditadura, o qual dever-se-ia agravar com a emergência da recessão inevitável. A tendência a radicalizar-se na luta contra a ditadura do conjunto do movimento popular haveria de persistir no período seguinte, principalmente porque, em sua luta por melhores condições de vida e por impedir os efeitos nocivos do agravamento da crise, teria que enfrentar-se crescentemente com a política repressiva do governo, a qual buscará fazer valer a política de contenção salarial, definida como fundamental para eliminar a crise.

AS TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

O que demonstra a análise anterior é que, com medidas superficiais, é impossível superar a profunda crise estrutural que vive o país desde 1974. A persistirem a situação descrita e a política adotada pelo governo, o resultado será necessariamente a recessão e o agravamento da crise em todos os sentidos. A saída desta crise supõe a adoção de medidas que não toquem no fundo das contradições que a geraram. Supõe o rompimento com a dependência de nossa economia em relação aos centros imperialistas: congelamento da dívida externa, nacionalização das multinacionais, diversificação do mercado externo; supõe a extinção da especulação financeira: nacionalização dos bancos e a aplicação dos recursos financeiros naqueles setores de verdadeiro interesse nacional; solução do abastecimento alimentar e de matérias primas: solução do problema agrário, mediante a reforma agrária e a adoção de uma política agrária que proporcione crédito e assistência técnica e comercialização justa da produção rural; solução do desenvolvimento "desproporcional" entre os setores da produção: conversão de parte da indústria automobilística para a produção de veículos coletivos, desenvolvimento da indústria de bens de capital e insumos básicos, assim como da indústria de bens de consumo popular; fim dos deficits e do endividamento do Estado: aplicação de uma política fiscal que taxe os grandes empresários e os proprietários de patrimônio, com isenção progressiva dos assalariados, o que permitiria a adoção de uma política de gastos sociais; melhoria das condições de vida da população: política de melhoria salarial e de benefícios sociais, o que, ademais, possibilitaria a ampliação do mercado interno.

A evolução da economia e da sociedade brasileira no período posterior à apresentação de nossas teses (1980), só tem vindo a confirmar a necessidade das modificações acima sugeridas.

A realidade dos últimos 18 anos e, particularmente, dos últimos 8 anos de crise já se encarregou de revelar-nos que o atual regime que domina o país não adotará o conjunto de medidas acima expostas. Conseqüentemente, há evidências sobrando de que dificilmente se sairá da crise nos marcos do regime atual. Isso porque o mesmo é unha e carne com os setores que seriam prejudicados com aquelas medidas: os monopólios imperialistas, os banqueiros e os latifundiários. Os mesmos setores que se locupletaram com as benesses dos dourados anos do "milagre" e seguem se beneficiando durante a crise. Assim, a solução da atual crise por que passa o nosso país depende do fim da ditadura militar e da instauração de um novo governo que expresse os legítimos interesses nacionais e populares. Só um governo desse tipo e que tenha amplo respaldo popular será capaz de adotar as medidas de fundo que requer a economia brasileira para sair do atoleiro em que se encontra.